

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.606.565 - PB (2019/0316471-5)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN

AGRAVANTE : ESTADO DA PARAÍBA

PROCURADOR : DANIELE CRISTINA C.T. DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S)

AGRAVANTE : PARAÍBA PREVIDÊNCIA

PROCURADORE : EUCLIDES DIAS DE SÁ FILHO - PB006126

S

**JOVELINO CAROLINO DELGADO NETO E OUTRO(S) -
PB017281**

AGRAVADO : ROGERIO BARBOSA DA SILVA

ADVOGADO : VERONICA MOD'ANNE OLIVEIRA DOS SANTOS - PB014530

DECISÃO

Trata-se de Agravo interposto por PBPREV – PARAÍBA PREVIDÊNCIA contra decisão que inadmitiu Recurso Especial fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição da República, objetivando a reforma do acórdão assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - Apelações Cíveis - Ação de repetição de indébito - Pedido de devolução dos descontos previdenciários reputados indevidos - Preliminar - Ilegitimidade passiva "ad causam" do Estado da Paraíba - Inteligência do Incidente de Uniformização de Jurisprudência n. 2000730- 32.2013.815.0000 - Obrigação do Ente Público e da autarquia previdenciária - Rejeição.

- Há de ser declarada a legitimidade do ente federativo e autarquia previdenciária nas ações previdenciárias em que se pleiteia a restituição de descontos previdenciários indevidos. O Estado da Paraíba e a Paraíba Previdência são partes legítimas para figurarem no polo passivo da ação de indébito previdenciário.

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - Apelações Cíveis - Ação de repetição de indébito - Pedido de devolução dos descontos previdenciários reputados indevidos - Verbas de caráter indenizatório - Não incidência de contribuição previdenciária - Restituição dos valores descontados - Apelação da PBPREV, apelação do Estado da Paraíba e Remessa necessária desprovemento.

- Com base no disposto no §3º, do artigo 40 da Constituição Federal, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, firmou entendimento, no sentido de que a contribuição previdenciária do servidor público não pode incidir sobre as parcelas não computadas no cálculo dos benefícios de aposentadoria.

- Dada a natureza transitória e não integrar a base de cálculo na aposentadoria do servidor é indevido o desconto de contribuição previdenciária em torno das gratificações previstas no art. 57, inciso VII, da

Lei Complementar nº58/2003, referente a atividades especiais (identificadas pelas seguintes siglas: "TEMP", "POG", "PM. VAR.", "EXTRA. PRES"), além Da gratificação de insalubridade, especial operacional e especial temporária - Precedentes desta Corte (fls. 151-152, e-STJ).

O Recurso Especial deixou de ser admitido, considerando a incidência da Súmula 284/STF, ante a deficiência na fundamentação, "uma vez que a recorrente não indicou o dispositivo de lei federal supostamente violado pela decisão objurgada, o que impede a exata compreensão da controvérsia" (fl. 212, e-STJ).

Para que se efetive o conhecimento do Agravo, é necessário o desenvolvimento pela parte interessada de arrazoadado suficiente para a impugnação dos motivos da decisão de negativa de admissibilidade ao apelo nobre.

Da análise da presente insurgência conclui-se que a parte interessada não impugnou especificamente o fundamento da decisão vergastada.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que não se conhece do Agravo em Recurso Especial que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão questionada, nos termos do art. 253, I, do RISTJ e do art. 932, III, do CPC/2015.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser

impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos (EAREsp 746.775/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Min. Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30.11.2018).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp 1.193.328/GO, Re. Min. Nefi Cordeiro, DJe 11.5.2018).

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a majoração no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **não conheço do Agravo em Recurso Especial interposto por PBPREV – PARAÍBA PREVIDÊNCIA .**

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro HERMAN BENJAMIN
Relator